



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

ANTROPOLOGIA E SUSTENTABILIDADE: UMA INTEGRAÇÃO VANTAJOSA

HOMERO JORGE MAZZOLA

brmazzola@gmail.com

BRUNO GIOVANNI MAZZOLA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

bruno.mazzola@usp.br

ANTROPOLOGIA E SUSTENTABILIDADE: UMA INTEGRAÇÃO VANTAJOSA

Resumo

Mudanças ambientais têm despertado a atenção não somente da ciência, mas também de governos e da sociedade civil, em razão dos prognósticos pessimistas sobre o futuro da humanidade. O modelo capitalista tradicional surge como principal responsável por esse *status quo*, o que tem despertado reações globais, tanto por parte da ciência, como de instituições e movimentos sociais, locais e internacionais, que vem alertando sobre a necessidade urgente de mudanças na economia, na política e nas ações da sociedade civil. Essas mudanças exigem uma visão multidisciplinar sobre os problemas atuais e as possíveis soluções. A Antropologia se insere nesse esforço possibilitando, a partir do entendimento do homem e de suas relações com o ambiente natural, novos conhecimentos que suportem o esforço planetário de se construir uma nova cultura ecológica coerente com as necessidades da contemporaneidade e com o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente sustentável. Desenvolvimentos antropológicos das últimas décadas mostram essa possibilidade. Espera-se, com a discussão neste ensaio, contribuir para uma maior conscientização sobre esta problemática.

Palavras-chave: antropologia ecológica, cultura ecológica, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, relações cultura-natureza

ANTHROPOLOGY AND SUSTAINABILITY: A VALUABLE INTEGRATION

Abstract

Environmental changes have awakened interest not only from the science but also the government and the society due the pessimistic predictions about the future of the humankind. The traditional capitalist model appears as the main cause of this status quo which has been causing global reactions scientific perspective as well from institutions, local and international social movements that has been warning about the urgent need of changes in the economy, politics and society's actions. These changes require a multidisciplinary view about the current issues and possible solutions. In that context, the Anthropology is part of the effort that through understanding mankind and its relationship with the environment, enables new findings that supports the planet's effort to build an ecological culture aligned with the current needs and with the development of a truly sustainable society. Anthropological developments from the last decades show this possibility. Therefore, the reflections on this essay expects to contribute to raise awareness about the issue.

Keywords: *environmental anthropology, environmental culture, sustainable development, sustainability, culture-nature relations*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o mundo vem assistindo a alterações ambientais nunca antes presenciadas na história da civilização humana. Essas mudanças influenciam também as relações sociais planetárias e aumentam o fosso existente entre classes sociais, separando ainda mais ricos e pobres (PNUD, 2011). Em seu epicentro localiza-se o homem, animal cultural que mudou a face do planeta, através de suas relações com o ambiente natural. Há, em consequência, uma relação conflituosa entre sociedade e meio ambiente, que tem se firmado como uma das maiores preocupações no campo das políticas públicas e da economia, assim como um vasto campo investigativo na produção de conhecimento. Sustentabilidade nasce nesse contexto, como um conceito central da contemporaneidade sob a égide do risco planetário, que para ser mitigado e mesmo superado exige, como proposta central, analisar as questões que envolvem a Sustentabilidade entre a humanidade e a natureza (BECK, 1998). A Antropologia se insere neste propósito, pois é uma das ciências sociais mais bem posicionadas para apoiar os esforços sistêmicos necessários para entender a questão ambiental. Em sua defesa, pode-se afirmar que ela nasceu justamente da necessidade de se compreender as relações humanas com o ambiente natural, com os demais seres vivos, e o lugar da consciência na evolução social (FOLADORI e TAKS, 2004).

A situação é preocupante, há iminente risco de uma catástrofe ecológica abrangente. Como se pode delinear este momento presente? Um dos postulados da Carta de Fortaleza¹ sintetiza adequadamente esse contexto:

Vivemos uma crise civilizatória de natureza ecológica, econômica, social, política e educacional, cujas incalculáveis e imprevisíveis consequências põem em risco a sobrevivência humana e a preservação da vida no planeta. Tais crises são expressões de processos complexos provocados por um paradigma civilizatório baseado na ganância, no individualismo, no paternalismo, no consumo desenfreado de recursos materiais, na depredação de bens naturais, na violência, no autoritarismo e na marginalização social (MORAES e ALMEIDA, 2010, pag. 249)

Sustentabilidade e sua dimensão operacional, o desenvolvimento sustentável, surgem como possíveis caminhos para superar as dificuldades atuais. Representam um conjunto de propostas interdisciplinares, científicas ou não, que tentam responder aos riscos ambientais resultantes da saturação industrial da modernidade, e que apontam para a necessidade de uma nova civilização. Nesse âmbito é inevitável um processo dialógico entre as ciências e as esferas políticas, no qual a Antropologia tem papel respeitável. Partindo dessas premissas, aponta-se o propósito principal desse estudo, o de explorar as potencialidades de uma interação mais íntima entre Antropologia e Sustentabilidade, de forma a colaborar com a mitigação dos riscos ambientais e a construção de um efetivo movimento global de desenvolvimento sustentável. Um segundo objetivo, mas também significativo e que apoia o primeiro, objetiva prospectar estudos sobre o papel do meio ambiente como fator gerador de cultura, especificamente de uma cultura ecológica.

No desenvolvimento deste ensaio serão abordados conceitos sobre Sustentabilidade, Ecologia e Antropologia Ecológica, que darão suporte ao desenvolvimento da discussão em torno dos dois objetivos delineados. Sustentabilidade representa um conjunto de conhecimentos e práticas interdisciplinares que apontam para uma nova visão da relação homem natureza, e que está suportando uma nova orientação produtiva e econômica, representada pelo Movimento do

¹ Conferência educacional patrocinada pela UNESCO em 2010, com o propósito de reunir educadores de vários países para comemorar e consolidar a obra de Edgar Morin: Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro

Desenvolvimento Sustentável, definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (ONU, 1987). Ecologia é o ramo da ciência que tem como objeto central o estudo dos ecossistemas. Antropologia Ecológica aborda o estudo das relações entre a estrutura populacional, organizacional e cultural das sociedades humanas e o contexto ambiental onde estão inseridas (NEVES, 1996).

REFERENCIAL TEÓRICO

Sustentabilidade

Literalmente Sustentabilidade representa a qualidade de ser sustentável, de se manter estável por longo período de tempo. Atualmente, o termo é amplamente empregado, representando uma ampla base de conhecimentos de várias ciências que estudam as relações homem e meio ambiente, e que tem como principal propósito encontrar caminhos que levem a um desenvolvimento sustentável da humanidade, possibilitando reverter ou pelo menos estabilizar o grave quadro ambiental que foi criado no planeta, e que está colocando em risco a sobrevivência da sociedade, tal como a conhecemos. O movimento do desenvolvimento sustentável, tal como idealizado, compreende três compromissos básicos: manter o desenvolvimento e crescimento econômico, evoluir para uma sociedade mais igualitária e justa e, finalmente, respeitar os limites naturais do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é um tema controverso, que tem despertado ódios e paixões. Para os defensores representa a única saída possível para os graves problemas atuais. Outros, como Leonardo Boff, desenvolvimento sustentável revela em si uma contradição: “desenvolvimento é oriundo da economia excludente que hoje impera e sustentável vem da Ecologia que é includente” (BOFF, 2002, p. 55). Outros ainda defendem soluções socialistas, fundamentadas nas teorias marxistas. De modo geral, seus opositores afirmam que desenvolvimento sustentável nada mais é do que a continuação maquiada do sistema mundo hegemônico vigente, nascido nos primórdios do Renascimento e que perdura até nossos dias, o capitalismo. Entende-se por sistema mundo, denominação criada por Immanuel Wallerstein, o conjunto de costumes, regras, procedimentos, paradigmas, que regulam o funcionamento de sociedades durante períodos históricos (WALLERSTEIN, 2002).

No capitalismo o lucro é a meta prioritária, e tem cobrado um alto preço, seja do meio ambiente planetário, seja da sociedade. O primeiro tem sido explorado de forma quase irresponsável pelas atividades empresariais, resultando em: exaustão de vários recursos naturais; ameaças de extinção de espécies; alterações na atmosfera e nos oceanos; aquecimento global, mudanças climáticas, desertificação, entre outros. A segunda, tem sido impactada pela filosofia capitalista do acúmulo de capital, fato agravado pelas tendências neoliberais das últimas décadas, que orientadas para a maximização de lucro alijaram praticamente governos de seu papel histórico. Há que se reconhecer o papel positivo das riquezas criada pelo capitalismo, mas que também produziram uma profunda dicotomia social e econômica, separando ricos e pobres através de um abismo social que só tem sido agravado pelos problemas ambientais (PNUD, 2011). Estudos recentes mostram um quadro preocupante, no qual os 10% mais ricos detém 86% da riqueza mundial e os 90% mais pobres ficam com os 14% restantes (CREDIT SUISSE, 2013).

Infelizmente, os prognósticos científicos a respeito das mudanças ambientais não são promissores. Estudos conduzidos pela ONU, por instituições de ensino e pesquisa, por entidades não governamentais, vêm atestando a deterioração dos cenários ambientais, o que afeta profundamente a sociedade global. No cerne dessa discussão situam-se as atividades produtivas, núcleo do capitalismo, que retiram recursos da natureza, processam-nos usando os recursos humanos, repassam os produtos e serviços resultantes à sociedade para obter os

recursos econômicos e financeiros que alimentam o capitalismo e, finalmente, devolvem resíduos dos processos de transformação ao meio ambiente em condições diferentes das que foram retirados, obrigando o planeta a um esforço extra para regenerá-los, em um processo homeostático para manter o equilíbrio dos ecossistemas. A lógica capitalista da mais valia aliena a humanidade e alavanca a destruição planetária, como fruto da negligência de uma sociedade que foge das questões complexas, necessárias para enfrentar esta difícil situação, e que exige a prática de um diálogo abrangente, a revisão de valores que sejam universais, a conquista de uma democracia participativa e, o respeito pelos direitos de todas as outras formas de vida que não as humanas (MILANEZ, 2003).

A título de enriquecer estas reflexões, é interessante, nesta parte do ensaio, resgatar o pensamento de um velho mestre-pensador da etnia Krahô, já falecido, o índio Porri, para quem o mundo se tornou um lugar terrível, a cultura do homem branco tornou-se completamente dominante, e o equilíbrio com o meio ambiente foi destruído. Por isto, nada mais está em seu lugar e a distribuição das coisas já não corresponde mais à distribuição natural (DOMINGUES, 2011). É dele este pensamento:

Onde se viu água engarrafada? [...] O fogo já não se faz mais com lenha, se faz com gás. Fogo frio. É um fogo que não esquenta como o fogo verdadeiro. Esquenta muito pouco. E o branco vive assim, num mundo encaixotado, engarrafado, embalado. (DOMINGUES, 2011, p. 19).

No contexto dessas transformações sociais e ambientais, e na busca de soluções para a difícil encruzilhada humana, a integração de outras ciências de forma dialógica com a Sustentabilidade é imprescindível, pois os fenômenos associados às mudanças planetárias são complexos, o que exige olhares e saberes distintos. Soluções possíveis passam pelo entendimento do ser humano, de suas comunidades, de suas culturas e saberes, e de sua interação com o meio natural em que está inserido. É esse aspecto que justifica o tema proposto, integrando Sustentabilidade e Antropologia, particularmente a Antropologia ecológica.

Antropologia Ecológica

A Ecologia surge como ciência no final do século XIX, em torno de uma noção central que a distinguiu de as outras disciplinas científicas: o ecossistema. Nos últimos 40 anos representou também a união entre o conhecimento científico e a tomada de consciência geral sobre as degradações do ambiente natural, não somente local, mas global, que afetam a produção de alimentos, os recursos disponíveis, a saúde humana e o próprio psiquismo do homem. Esse movimento levou a uma consciência ecológica abrangente (MORIN, 1996).

A consciência ecológica levou a um novo tipo de pensamento sobre o planeta, o “pensamento ecologizado”, sustentado pela Ecologia, ciência que se afasta do dogma científico paradigmático e predominante da hiperespecialização e constrói um saber competente em diferentes domínios, um saber multidisciplinar. O pensamento ecologizado rompe com o pensamento simplista, cartesiano, e de desagregação, e exige uma visão complexa apoiada na auto-eco-organização do homem e dos demais seres vivos, segundo a qual não se pode separar os seres de seu habitat, pois sua organização física e material está no interior da própria organização viva. Com essa visão do homem em simbiose com seu ambiente, a Ecologia acabou interagindo com a Antropologia, considerada como ciência chave para a compreensão do homem, sobre o homem e sua sociedade, e das relações do homem com seu ambiente.

Para Laplantine (2007), a Antropologia representa um certo olhar, um certo enfoque que consiste no estudo do homem inteiro e no estudo do homem em todas as sociedades, sob todas

as latitudes, em todos os seus estados e em todas as épocas. Seu alcance se estende por cinco áreas: biológica; pré-histórica; linguística, psicológica e social-cultural ou etnológica. Todos esses ramos contribuem para compreender as relações não dicotômicas entre sociedades e natureza, que constitui um de seus maiores objetivos. O discurso antropológico auxilia a construção de uma interpretação relativamente complexa dos desafios que a sociedade planetária tem que enfrentar sob a égide do risco da aniquilação e, juntamente com a Ecologia, ressuscita o diálogo e a confrontação entre homem e natureza, permitem intervenções mutuamente proveitosas e colabora com a construção de uma nova cultura, ambientalmente responsável (SILVA JR., 2013). Essa visão articuladora da Antropologia não é recente, tem seu surgimento a partir de autores clássicos como Malinowski e Marcel Mauss. Este último, por exemplo, propugnava a articulação das diversas dimensões dos fenômenos socioculturais, denominado “fato social total”, por meio do qual ele defendia a indissociabilidade das diferentes formas de relação – econômicas, sociais, políticas e culturais (MAUSS, 1992).

A importância das relações entre homem e natureza dentro da Antropologia e a influência que esta recebeu da Ecologia, levou outros antropólogos a afirmar que as pesquisas antropológicas se definiram a partir dos anos 60 em dois eixos principais: um dedicado ao estudo da mente humana, de sua capacidade simbólica e de suas formas de representação, e um segundo eixo focado no estudo das bases materiais de sustentação das sociedades e seu reflexo nas dimensões socioculturais (NEVES, 1996). Esta última vertente, de particular interesse neste estudo, e que levou à criação do conceito de Antropologia Ecológica, defende que as bases materiais de sustentação das sociedades humanas, provenientes das relações homem-natureza, influenciam as outras dimensões socioculturais da sociedade. Antropologia Ecológica pode ser entendida como o estudo das relações entre dinâmica populacional, organização social e cultura das sociedades humanas e o meio ambiente nos quais elas estão inseridas (NEVES, 1996). A partir dos anos 80 a Antropologia Ecológica se consolida ao incorporar a visão ecossistêmica no estudo das populações humanas, através de palavras de ordem como: estratégias adaptativas, respostas a imprevistos ambientais, o papel do indivíduo em relação ao ambiente, a importância do resgate histórico das relações homem-natureza, e a necessidade de abordagens regionais nestas relações.

Dois antropólogos americanos têm um papel relevante em sua construção e consolidação: Leslie White e Julian Steward. O primeiro restaurou o pensamento evolucionista na Antropologia, com um olhar voltado para a evolução da história humana universal. Seu interesse era identificar a influência dos fatores ambientais locais sobre estruturas e formas que sociedades humanas específicas podem tomar, em cujo contexto, segundo ele, a tecnologia tinha um papel central. Sua contribuição central à Antropologia Ecológica reside na ideia de que tudo pode ser descrito em termos de fluxo de matéria e energia e a vida pode ser resumida a uma luta pela captura da energia disponível. A cultura para ele, representava a ferramenta utilizada pelo homem para capturar e controlar a energia disponível e disponibilizá-la a serviço da sociedade, para o que a tecnologia era imprescindível (WHITE, 1943, 1949)

Julian Steward, ao contrário de White, interessou-se por respostas adaptativas locais, de culturas específicas a ambientes específicos. Sua preocupação era explicar que o meio ambiente pode ser um fator gerador dentro do processo de mudanças culturais. Criou o método conhecido como Ecologia Cultural, cujo propósito era resgatar dentro da Antropologia o conceito de meio ambiente como fator gerador na cultura, estudando a relação entre certas características do meio e determinados traços da cultura da sociedade humana em um determinado ambiente. Através da Ecologia Cultural, Steward estabelece uma prioridade na pesquisa da causa e efeito entre ambiente e cultura, sendo que esta última é abordada com um conceito multicomponencial, ou

seja, composta de vários domínios mais ou menos independentes que operam dentro de uma unidade maior. Com Steward o ambiente natural foi definitivamente incorporado na Antropologia, na categoria de um dos paradigmas da cultura. A partir desses conceitos será feita uma discussão em torno da proposta deste estudo, a integração entre Sustentabilidade e Antropologia (STEWART, 1953, 1955).

Sustentabilidade e Antropologia

Sustentabilidade representa um caminho alternativo ao modelo capitalista dominante, um novo sistema mundo centrado em uma consciência ecológica profunda e no respeito à vida, o que conduz ao surgimento de um novo paradigma, o paradigma da ecologia profunda, que conflita com o paradigma capitalista tradicional (CAPRA, 1989). Sustentabilidade é uma proposta complexa e multidisciplinar, que exige, portanto, diferentes olhares e saberes, tendo contra si o escasso tempo de que dispõe a humanidade para mitigar as mudanças ambientais e colocar a humanidade nos trilhos de um mundo sustentável. Nesse sentido, a antropologia se posiciona como uma das principais disciplinas que devem associar-se à Sustentabilidade na construção de soluções planetárias. Mas, qual pode ser a contribuição efetiva que a Antropologia tem a oferecer para o tratamento dos problemas ambientais da modernidade, e como pode apoiar reflexões de forma a buscar alternativas a essa problemática?

As respostas passam, necessariamente, pela abordagem da Antropologia Ecológica, o que exige, entretanto, uma discussão sobre seu processo formativo histórico, pois seus métodos de estudo das relações homem e ambiente sofreram mudanças nas últimas décadas. Pode-se dizer que a Antropologia Ecológica passou por três grandes fases. A primeira, com Steward e sua Ecologia Cultural, ressuscita o evolucionismo na Antropologia e prioriza a demonstração do meio ambiente como fator gerador na cultura. Um segundo estágio, que teve como propugnadores os antropólogos neo-funcionalistas Andrew Vayda e seu discípulo Roy Rappaport, introduz o conceito de ecossistemas, trazido da Biologia, no estudo das sociedades humanas. Este movimento adota uma nova unidade de análise no lugar da cultura, que era empregado por Steward, a população local, e seu foco é demonstrar que as populações humanas nativas mantêm uma relação de equilíbrio homeostático com o meio. Para os dois idealizadores a cultura tem uma ontologia própria, não sendo moldada pelo ambiente, mas, enfatizam que traços culturais podem agir como mecanismos de feedback negativo junto aos ecossistemas, ou seja, podem produzir estabilidade na relação homem-ambiente (NEVES, 1996). A terceira fase, surgida na década de 70, derruba o conceito de homeostase e introduz a desordem, o distúrbio e a causalidade, desconstruindo a visão da fase anterior, assentada sobre uma visão holística do ecossistema e de equilíbrio homeostático. O fato de comunidades e sociedades de pequena escala estarem sendo absorvidas, rapidamente, por estruturas sociais nacionais ou mesmo globais, contribuiu para as mudanças metodológicas desse novo estágio.

A ênfase dos estudos da Antropologia Ecológica passa a ser, então, o estudo de estratégias adaptativas específicas diante de eventos ambientais, onde as variáveis consideradas não devem ser somente as de caráter ambiental, mas, também, os fatores históricos, a vulnerabilidade humana, as fontes de desequilíbrio e os fatores socioeconômicos gerados pelas economias regionais que integraram sociedades de pequena escala. Nessa nova abordagem não somente mudanças nas atividades coletivas são observadas, mas, também, as individuais, concentrando-se no estudo de mecanismos de interação e influência recíproca entre comportamentos humanos e fatores ambientais. S. H. Lees e D. G. Bates, antropólogos dessa corrente, defendem que análises antropológico-ecológicas devem focar problemas reais enfrentados por populações particulares, em detrimento dos grandes problemas globais, pois estas enfrentam problemas

específicos para a manutenção de suas bases materiais, que devem ser entendidos e analisados empiricamente caso a caso (LEES e BATES, 1990).

A partir das considerações anteriores pode-se retomar agora, mais apropriadamente, a discussão sobre as contribuições e o modo reflexivo da Antropologia Ecológica para o enfrentamento coletivo dos problemas ambientais da atualidade. Pensamentos de outros estudiosos das Ciências Sociais serão incluídos na elaboração desse constructo. Uma primeira contribuição refere-se ao olhar distanciado promovido pelo exercício da alteridade. Esse olhar a partir da perspectiva do outro possibilita ao pesquisador um alijamento de suas próprias práticas e concepções, através de um processo de descentramento, no qual a objetividade é alcançada por meio de um deslocamento subjetivo (LEVI-STRAUSS, 1993). Dessa forma se evitam posturas interpretativas eurocêntricas, que primam por ofuscar o fato científico de que as concepções ocidentais somente representam uma possível realidade em um campo de possibilidades, dentro do qual diferentes realidades podem emergir. Dessa forma, o olhar antropológico pode contribuir para o exercício crítico de reflexão sobre a postura ocidental saturadamente moderna e degradante de agir sobre o mundo (SILVA JR., 2013).

Uma segunda contribuição, fruto desse olhar descentrado produzido pela alteridade, remete ao desenvolvimento de análises das relações homem-ambiente que privilegiem conexões entre os diferentes aspectos que compõem a rede ambiente-cultura, e que sejam consonantes aos pressupostos da terceira fase do desenvolvimento da Antropologia Ecológica, permitindo, assim, o conhecimento e adaptação realista às complexidades e contingências do mundo. Esse conhecimento não deve ser construído exclusivamente na academia, mas sim ancorado em situações concretas, flexíveis e mutáveis, onde o estudo das interinfluências entre comportamentos humanos e fatores ambientais deve ser valorizado.

As duas contribuições da Antropologia Ecológica, em sua essência, suportam uma proposta de desenvolvimento de uma abordagem na qual a Sustentabilidade seja atualizada, revigorada e incessantemente reconstruída em um processo contínuo de tensão criativa entre disciplinaridade e multidisciplinaridade, através da qual os diferentes saberes científicos podem contribuir efetivamente para a emergência de uma postura científica reflexiva voltada para a construção de uma sociedade mais sustentável. Finaliza-se este capítulo defendendo-se a ideia de que cabe à Antropologia Ecológica uma outra missão, de apoio à rede multidisciplinar em favor da Sustentabilidade, que é consolidar uma nova cultura ecológica que corrija os erros do passado, enraizados na transformação e apropriação desigual da natureza, e que consiga efetivamente participar da elaboração de políticas ambientais comprometidas com um verdadeiro desenvolvimento sustentável e não com a continuidade de modelos paradigmáticos que teimam em prolongar o atual *status quo* ambiental, social e cultural.

METODOLOGIA

Ensaio Teórico

O método escolhido para este texto seguiu o modelo ensaístico e tem uma conotação teórica. O ensaio teórico representa um estudo profundo sobre determinado assunto, onde o autor se aprofunda no tema expondo-o de forma lógica e reflexiva. Não há necessariamente uma pesquisa formal empírica, mas sim bibliográfica e os argumentos resultantes devem ter um alto nível de interpretação e julgamento pessoal. Exige muita informação cultural e maturidade intelectual, sendo muito usado para exposição de ideias científicas e filosóficas (SEVERINO, 2014). O professor Francis K. Meneghetti, em seu artigo “O que é um ensaio teórico?” discorre sobre as possibilidades que um ensaio apresenta para os pesquisadores:

[...] o ensaio, desde a época de Montaigne se tornou uma forma respeitável, sua novidade estava na louvação do eu. Sua razão de ser era a noção de que os pensamentos, sentimentos, incertezas, certezas e contradições de uma pessoa merecem divulgação e em seguida atenção de outras [...] da época de Montaigne até a atualidade, os ensaios adquiriram diversas formas e formatos, assim como são utilizados para diversos fins: literários, filosóficos, científicos etc. Essas variações nas formas e formatos, assim como a multiplicidade nas suas utilizações, levam a concepções e usos equivocados desse estilo e forma de refletir a realidade. Diferente do método tradicional da ciência, em que a forma é considerada mais importante que o conteúdo, o ensaio requer sujeitos, ensaísta e leitor, capazes de avaliarem que a compreensão da realidade também ocorre de outras formas. (MENEGETTI, 2011, p. 320-332)

O ensaio deve ser lido por sujeitos com espíritos livres de preconceitos, sem estarem dominados pelo formalismo da ciência. Aqui o leitor não encontrará a disposição formal de um estudo que segue a divisão e a lógica estabelecida pelas metodologias científicas tradicionais. No lugar do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados e da conclusão, no ensaio a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas. Por conseguinte, o ensaio necessita de leitores preparados para compreender a sua importância para a formação do conhecimento na atualidade. Basta lembrar que o empirismo, o racionalismo, o positivismo e tantos outros conhecimentos que sustentam a base da ciência tradicional de hoje surgiram por meio de vários ensaios de pensadores e intelectuais. Logo, as perguntas fundamentais que orientam este ensaio são do tipo: o que é e quais as características, como se dá a construção, quais os elementos presentes no movimento de construção, quais as relações entre o ensaio e a administração de um ensaio? (MENEGETTI, 2011).

A decisão pelo ensaio não ignora os preconceitos que lhe são atribuídos pelo mundo científico, devido à hegemonia da ciência positivista, o que pode carrear um viés discriminatório contra este trabalho. Enfatiza-se, entretanto, que apesar dessa dificuldade intrínseca do caminho metodológico, respeitar-se-ão tanto os preceitos científicos atuais, como, e assim é permitido pelo ensaio, as interpretações e julgamentos pessoais do autor, o que envolve seus saberes, crenças e percepções. Conhecimentos científicos e subjetivos se constituem na matéria prima para se construir o caminho que permite chegar ao objetivo maior que move este trabalho, o aprofundamento do estado da arte sobre o conhecimento das possibilidades futuras para o sistema vivo e, particularmente, da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por uma Cultura Ecológica

Cultura é uma palavra de difícil explicação e vários significados. A noção de cultura em Antropologia, segundo Thompson (1995), se divide em uma concepção descritiva e outra simbólica. A primeira representa conjunto de crenças, costumes, ideias e valores que são adquiridos pelos membros de um grupo, enquanto que a segunda representa o padrão de significados que estão incorporados nas formas simbólicas, sejam ações, manifestações verbais ou objetos, por meio dos quais os indivíduos se comunicam entre si, partilhando experiências idealizações e crenças. Este último conceito, levado ao âmago da Antropologia Ecológica, adquire uma concepção ampliada e idealizada de relações entre a natureza e o homem, resultando em uma nova variante da cultura, a Cultura Ecológica. Na práxis dessa cultura deve haver coerência entre teoria e prática, entre pensamento e ação. Ela pode ser pensada como um

estado de consciência que resiste às contradições de um sistema mundo capitalista que aprofunda a crise ambiental, mas não pode ser simplesmente uma consciência desses problemas, mas sim um novo paradigma no sistema capitalista, uma mudança no interior do sistema mundo, nas relações sociais vigentes e nas relações homem-natureza (RIVERA, 2010).

A cultura ecológica não está pronta, ao contrário, é um longo processo educativo em formação, que somente se consolidará se houver mudanças na forma com que a humanidade se relaciona com a natureza em relação ao que é feito hoje, caso contrário produzirá os mesmos problemas que se tenta superar na contemporaneidade. É justamente uma cultura ecológica consistente e coerente a condição necessária para que a integração entre Sustentabilidade e Antropologia seja profícua, contribuindo efetivamente para se mitigar a degradação ambiental. O desenvolvimento de uma cultura ecológica global, assentada em princípios defendidos pela Antropologia Ecológica, e que releve as contradições no interior das sociedades, tomando o grupo humano como uma unidade deve ser um dos principais objetivos da práxis antropológica. O trabalho é complexo, pois uma cultura ecológica mal desenvolvida pode apontar para soluções que privilegiem sustentabilidade ecológica, mas, paradoxalmente, podem levar a insustentabilidade para parcelas da população, marginalizando pequenos produtores, camponeses, pescadores, além de alijar trabalhadores rurais de suas terras.

Se a construção de uma cultura ecológica é um processo contínuo e difícil, é vital que os grupos envolvidos participem dele, garantindo que deveres e necessidades sejam contemplados adequadamente. Devem existir sistemas de monitoramento e controle, garantindo que os desvios sejam identificados e corrigidos. O desafio é maior do que simplesmente remediar problemas ambientais, é criar uma nova concepção cultural que afetará a vida de mais de 7 bilhões de indivíduos. Nesse contexto, a Sustentabilidade, como proposta de um novo paradigma e de um novo sistema mundo, não pode prescindir da Antropologia. Esta deve detectar e canalizar percepções e discursos dos diferentes grupos envolvidos, fortalecendo a construção de uma cultura ecológica que efetivamente esteja em sintonia com necessidades e possibilidades, sejam locais, sejam regionais ou nacionais, e que se materialize efetivamente como base para o desenvolvimento de um planeta verdadeiramente sustentável para todas as formas de vida.

REFERÊNCIAS

- BECK, U. *Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage Publications. London. Thousands Oaks. New Delhi. 1998.
- BOFF, L. *Ecologia – Mundialização - Espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. São Paulo: Ática, 2002
- CAPRA, F. *O Tao da Física*, Lisboa: Editorial Presença, 1989
- CREDIT SUISSE – Research Institute. *Global Wealth Report 2013*. Disponível em <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=BCDB1364-A105-0560-1332EC9100FF5C83>. Acesso em 30 de maio de 2015
- DOMINGUES, S. A. *Visões da Natureza – Notas sobre o pensamento futuro e o saber indígena*. In: SIMONETTI M. C. L. (Org.) – *A (In)sustentabilidade do desenvolvimento – Meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais*. Cultura Acaêmica, Marília, 2011
- FOLADORI, G. e TAKS, J. *Um olhar antropológico sobre a questão ambiental*. Mana vol.10 no.2, Rio de Janeiro, Outubro 2004
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2007

- LEES, S. H. e BATES, D. G. *The Ecology of Cumulative Change*. In: Moran, E. F. – *The Ecosystem Approach in Anthropology. From Concept to Practice*. Michigan Press, Ann Arbor, 1990
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo. EPU/EDUSP. 1992.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico ? Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac>
- RAC, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, Mar./Abr. 2011.
- MILANEZ, F. *Desenvolvimento Sustentável IN: A Outra Economia*. CATTANI, A.D, Porto Alegre, Veraz editores, 2003
- MORAES, M. C. e ALMEIDA M. C. (Org.). *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Presente – Por uma Educação Transformadora*. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2012.
- MORIN, E. *El Pensamiento Ecologizado*. *Gazeta de Antropología*, 1996, 12, artículo 01. Disponível em <http://hdl.handle.net/10481/13582>. Acesso em 25 de novembro de 2015
- NEVES, W. *Antropologia Ecológica*. São Paulo, Cortez, 1996
- ONU – Organização das Nações Unidas. *Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum de 1987*. Disponível em <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em 10 de junho de 2015
- PNUD – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011*. Disponível em http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais. Acesso em 02 de junho de 2014
- RIVERA, S. M. G. *Por uma Cultura Ecológica*. Dissertação de mestrado da Escola Superior de Agricultura – Luiz de Queiroz, USP. Piracicaba, 2010
- SILVA JR., R. D. *A Sustentabilidade Como Híbrido: Um Diálogo Entre Ecologia, Sociologia e Antropologia*. 2013. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8293&Itemid=217. Acesso em 02 de dezembro de 2015
- STEWART, Julian H. “*Evolution and process*”. In: A. L. Kroeber (org.), *Anthropology Today*. Chicago: University of Chicago Press, 1953
- *Theory of culture change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Vozes, 1995
- WALLERSTEIN, I. *O Fim do Mundo como o Conhecemos*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.
- WHITE, Leslie A. 1943. “*Energy and the Evolution of Culture*”. *American Anthropologist*, 45(3):335-56. 1949
- The Science of culture*. New York: Farrar Straus, 1949